



**PREFEITURA DE
CAMPO MOURÃO**
CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

PREGÃO ELETRÔNICO

4/2025

CONTRATANTE

Município de Campo Mourão/IPPLAN/FECAM

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.234.935,45

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 06/03/2025 às 9h (horário de Brasília)

Recebimento das propostas até às 8h59

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço do item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim - A presente contratação é de **participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte** com sede no município de Campo Mourão, considerando o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 57/2019, Decreto Municipal n.º 8.680/2020, e subsidiariamente na Lei Complementar Federal n.º 123/2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), bem como Lei Complementar Federal n.º 147/2014.





SUMÁRIO - EDITAL

1. DO OBJETO	4
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
4. DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MPE LOCAL	7
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
12. DOS RECURSOS.....	20
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24
16. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	27
17. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA	28
18. ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.....	29

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. DO OBJETO	29
2. OS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS	30
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)	42
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	42
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA	44
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	45
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	46
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ...	47
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS .	48
10. DA FISCALIZAÇÃO	48
11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	50
12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO	51
13. DAS PENALIDADES	52
14. CONSENSUALIDADE EM CASO DE PROCESSO SANCIONATÓRIO.....	53
15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD	54
16. CONDIÇÕES GERAIS.....	57
17. ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	59





**PREFEITURA DE
CAMPO MOURÃO**
CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

18. ANEXO II - TERMO DE CONFORMIDADE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 60

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/02/2025 17:55:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/pa2256037bad41>.





PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4/2025

O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, através dos agentes de contratação e pregoeiro, designados pela [Portaria n.º 417/2024](#), publicada no Órgão Oficial do Município n.º 3028 de 15/05/2024, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), dos [Decreto Municipal nº 10.672, de 01 de dezembro de 2023](#) (Disposições Gerais da Nova Lei), Decreto Municipal nº 10.625/2023 (atuação Gestor e Fiscal); Decreto Municipal nº 10.276/2023 (Processo Sancionador) e [nº. 10.258, de 26 de maio de 2023](#) (Sistema de Registro de Preço), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme artigos 54, §1º, e 175, §2º, da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do anexo III, subitem 18.2.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 2.2. Estabelece-se para fins de reajustes o índice oficial Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (considerando como a data-base vinculada à data do orçamento estimado em **27/01/2025** – artigo 25, §7º Lei nº 14.133/2021).
- 2.3. O presente registro de preço terá validade de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, garantido os reajustes do subitem 2.2 ou na forma [do artigo 26 do Decreto Municipal nº. 10258/2023](#).
- 2.4. Para fins de execução da ata de registro de preço, e por ausência de previsão técnica e limitada ao princípio da legalidade estrita, é vedada a subcontratação do serviço objeto da presente licitação.





3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO SOMENTE AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1. O benefício concedido às Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) com exclusividade, preenche os requisitos legais, como é o caso da exigência de comprovar-se a existência de no mínimo 3 (três) empresas compatíveis à exclusividade que forneçam o objeto a ser licitado.

3.1.2. Ressalta-se, principalmente, que a motivação de realizar licitação com as referidas exclusividades visa a promoção de fomento da economia local e seu consequente desenvolvimento econômico/social no âmbito municipal, bem como a ampliação de eficiência de políticas públicas, em consonância com o disposto no §3º, Artigo 47 e Art. 48 e 49 da LC nº 123/06; §3º Artigo 34 da Lei Complementar nº 057/2019, no Decreto nº 8.680/2019 e prejulgado 027 – TCE/PR.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





- 3.6.5.**aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6.**empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7.**pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8.**agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9.**peçoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.6.10.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.12.** Não poderão participar da licitação, as empresas que estiverem incursas nas sanções dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores e art. 7º da Lei 10.520/02 e na legislação vigente.
- 3.7.** O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da Ata, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10.** O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).





- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MPE LOCAL

- 4.1. O tratamento diferenciado favorecido e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras está previsto no art. 2º do Decreto Municipal n.º 8.680/2020, objetivando:

- I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal ou regional;
- II - a ampliação da eficiência das políticas públicas;
- III - o incentivo à inovação tecnológica;
- IV - o fomento do desenvolvimento econômico ou social, local ou regional, através do apoio aos arranjos produtivos locais ou regionais, e ao associativismo.

- 4.2. Será aplicado o limite de preferência definido pela legislação federal às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente, desde que dentro do percentual de 10% (dez por cento) sobre o menor preço respeitado preço máximo previsto no edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de propostas e lances antecederá as fases de habilitação e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, simultaneamente a proposta com o preço ou o percentual de desconto e os documentos de habilitação, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Suprimido.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

- 5.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e





- 5.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
 - 6.1.2.** marca/fabricante;
 - 6.1.3.** modelo;
 - 6.1.4.** descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6.** Independentemente do percentual de imposto inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.9.
- 6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da Ata.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.3.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.





- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Não há intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





- 7.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

- 7.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.19.2.2.** empresas brasileiras;
- 7.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.20.4.** Quando imprescindível, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.





8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1.** SICAF;
 - 8.1.2.** Certidão negativa da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica emitido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
 - 8.1.3.** Certidão negativa da Consulta Consolidada da Controladoria-Geral da União (correcional) (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 8.2.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 8.2.2.** Constatada a existência de sanção de abrangência nacional ou no município de Campo Mourão (PR), o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.3.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 5.6 deste edital.
- 8.4.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.5.1.** contiver vícios insanáveis;
 - 8.5.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.5.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.5.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.5.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.





8.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.8.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.8.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.





- 8.13.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.14.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.15.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados preferencialmente por meio digital, através do portal de pregão eletrônico, em formato legível (boa resolução) e pesquisável.
- 9.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 9.9.** A habilitação será verificada nos documentos por ele abrangidos:





9.9.1. Para comprovação de HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.9.1.1. Declaração Unificada, conforme Anexo II;

9.9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

Obs.: Os documentos do item 9.9.1.2. podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses.

9.9.2. Para comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.9.2.2. Prova de regularidade para com a fazenda pública **federal** mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

9.9.2.3. Prova de regularidade para com a fazenda pública **estadual** mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

9.9.2.4. Prova de regularidade para com a fazenda pública **municipal** mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa;

9.9.2.5. Regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.9.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.9.2.6.1. Obs.: No caso em que a certidão negativa de débito de tributos/ regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa forem unificadas, este documento único poderá ser apresentado;

9.9.2.6.2. Obs.: No caso de a proponente pretender executar a Ata de Registro de Preços por meio de filial, deverão ser apresentados todos os documentos acima, tanto da matriz quanto da filial.

9.9.3. Para comprovação de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

9.9.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, há menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura do procedimento licitatório.

9.9.4. Para comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.9.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.





- 9.9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto ao portal pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1.** Os documentos complementares exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de até **2 (DUAS HORAS)**, podendo ser prorrogável por igual período, devidamente fundamentado pelo pregoeiro.
- 9.11.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 9.12.** A complementação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1.** Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência da Regularidade Fiscal ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 9.13.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.13.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.
- 9.16.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.17.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





- 9.18.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 11.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 11.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.





- 11.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2.** adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

- 12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata de Registro de Preços.
- 12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente e de forma minimamente motivada, sob pena de preclusão;
- 12.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.





- 12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campo Mourão](https://portal.transparencia.mourao.pr.gov.br).

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3.** não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.5.** fraudar a licitação;





13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata de Registro de Preços licitada, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da Ata de Registro de Preços licitada.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor da Ata de Registro de Preços licitada.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a





imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. O licitante vencedor se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto da contratação, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.
- 15.2. As diretrizes sobre proteção de dados estão estabelecidas na Cláusula: Obrigações pertinentes à LGPD da Minuta do Contrato, anexa a este Edital.
- 15.3. O Termo de Conformidade à LGPD, anexo ao contrato, deve ser preenchido pelo licitante vencedor, apresentando parâmetros de conformidade à LGPD.
- 15.4. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





15.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campo Mourão](https://portal.transparencia.mourao.pr.gov.br).

15.14. Da retenção do Imposto de Renda:

15.14.1. Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 10.216 de 12/05/2023, que dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações do Município de Campo Mourão e do Poder Legislativo, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF de 12 de maio de 2023 fica a Contratada (pessoa física ou pessoa jurídica) obrigada a emitir as notas fiscais informando:

- 1) O valor da retenção do IR, sua alíquota;
- 2) O número da Nota de Empenho;
- 3) Número da Conta Corrente;
- 4) No caso de serem amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitar-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

15.14.2. A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago à pessoa jurídica, o percentual constante do Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF que corresponde à alíquota do IRRF, determinada mediante a aplicação de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado e disciplinado pela IN da RFB nº 1234/2012.

15.14.3. Como regra geral, a base de cálculo padrão será o valor total da nota fiscal, ressalvados os casos especiais tratados na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF.

15.14.4. A alíquota a ser aplicada sobre o valor a ser pago irá variar de acordo com a espécie do bem fornecido ou do serviço prestado.

15.14.5. Sem prejuízo do estabelecido no §1º supra, caso o pagamento se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou de serviços prestados com percentuais diferenciados, aplicar-se-á a alíquota correspondente a cada fornecimento contratado.

15.14.6. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago a pessoa física, a tabela progressiva de Imposto de Renda estabelecida pela Lei Federal nº 13.149/2015.

15.14.7. A não observância às regras de retenção dispostas na IN RFB nº 1.234, de 11/01/2012, e na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF de 12/05/2023





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

acarretará a não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no artigo 2º do Decreto.

15.14.8. O valor do IR retido pelo Município não se constitui em majoração de carga tributária, por representar antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto, podendo ser compensado ou deduzido do valor do IR apurado a cada competência, nos termos do artigo 9º da INRF nº 1234/2012.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.15.1.1. Apêndice do Anexo I - Todos os anexos;

15.15.1.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.15.2. ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada;

15.15.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Campo Mourão (PR), 6 de fevereiro de 2025.

Pregoeiro(a)

[Portaria n.º 417/2024](#)

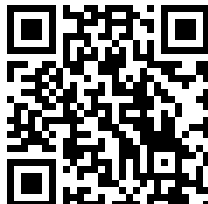
Divisão de Elaboração de minutas de editais

Presidente da Comissão Permanente de
Contratações
[Portaria n.º 417/2024](#)





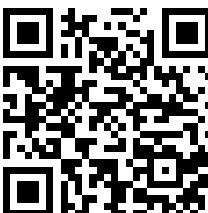
16. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



16.1. TODOS OS ANEXOS



16.2. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR





17. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Comissão de Pregão

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO** n.º ____/____

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º ____/____

1. PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO: Declaro para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso I do artigo 63 do novo Estatuto de Licitações, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e de veracidade das informações prestadas.

2. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO: Declaro que inexistem fatos impeditivos (declaração de inidoneidade ou suspensão temporária de contratar) quanto à habilitação nesta licitação.

3. DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR TRABALHISTA: Declaro, nos termos do Inciso IV do artigo 62 da Lei 14.133/2021, que:

I. a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4. DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO: Declaro que não possuímos no quadro societário nenhum integrante que tenha parentesco com Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Diretores, Membros da Comissão de Licitações e/ou equivalentes, Pregoeiro, seja por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção ou ainda que seja servidor público deste município.

5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE: Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que

(☐) sou

(☐) não sou microempresa ou empresa de pequeno porte,

nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência no procedimento licitatório realizado pelo Município de Campo Mourão.

6. DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS E RESERVA DE CARGOS PRA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Declaro que cumpro as exigências e reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DO TRATAMENTO DE DADOS: Declaro estar ciente de que todos os meus documentos enviados para esta licitação, bem como minha imagem em sessões presenciais, estarão disponíveis para consulta pública no Portal da Transparência do Município de Campo Mourão, para atendimento da administração pública ao princípio da transparência e a Lei de Acesso à Informação (LAI) n.º 12.527/11.

Campo Mourão, ____ de _____ de 2025.

Nome resp. da empresa (Proponente)





18. ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2025 MULTILATERAL/MULTIENTIDADE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO (PR), INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DE CAMPO MOURÃO (IPPLAN), FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CAMPO MOURÃO (FECAM), E A(S) EMPRESA(S) ABAIXO RELACIONADA(S), VENCEDORA(S) DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2025-SRP, TIPO MENOR PREÇO POR ____ (PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º ____/2025-GELIC – PROCESSO DIGITAL N.º ____/2025), HOMOLOGADO EM ____, POR UM PERÍODO DE ____ MESES sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 10.672, de 03 de maio de 2023 (Disposições Gerais da Nova Lei), Decreto Municipal nº 10.625/2023 (atuação Gestor e Fiscal); Decreto Municipal nº 10.276/2023 (Processo Sancionador) e nº. 10.528/2023, de 26 de maio de 2023 (Sistema de Registro de Preço), e em conformidade com as disposições a seguir.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO (PR)** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 75.904.524/0001-06, com sede administrativa na Rua Brasil n.º 1487 – Centro, CEP: 87302-230, em Campo Mourão, PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO, **INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DE CAMPO MOURÃO (IPPLAN)**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 49.962.743/0001-31, com sede administrativa na Rua das Andorinhas n.º 287, Vila Teixeira, nesta cidade, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Carlos Alberto Facco, e **FUNDAÇÃO DE ESPORTE DE CAMPO MOURÃO (FECAM)**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 80.889.108/0001-16, com sede administrativa na Rua Robson Daciuk Paitach, nº 179, Jardim Aeroporto, nesta cidade, neste ato representado por sua Diretora-Presidente, Sra. KARLA MARIA TURECK, e de outro lado, a(s) empresa(s):

XXXXXX

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA E BANHO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.





2. OS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Valor Máx Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	118	UNIDADE	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFAS (COMBINADO), TAMANHO 9 CM, CONFECCIONADO EM AÇO INOX.	3,320	391,760
2	7	UNIDADE	AÇUCAREIRO DE VIDRO BOROSILICATO TRANSPARENTE; CAPACIDADE DE 330 ML; VEDAÇÃO HERMÉTICA SILICONADA.	39,990	279,930
3	93	UNIDADE	AFIADOR DE FACAS COM DISCOS DIAMANTADOS E SUPORTE EM ABS	24,810	2.307,330
4	127	UNIDADE	ASSADEIRA RETANGULAR DE VIDRO COM TAMPA PLÁSTICA, 5 LITROS, MEDIDAS APROXIMADAS 7CM X 40,4CM X 24,9CM	57,450	7.296,150
5	154	UNIDADE	BACIA CANELADA 13,5 LITROS, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 16,5 X 40 CM, COR CINZA.	20,930	3.223,220
6	20	UNIDADE	BACIA CANELADA 40 LITROS, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 48,5 X 23 CM.	42,250	845,000
7	76	UNIDADE	BACIA CANELADA 80 LITROS, MEDIDAS APROXIMADA: 30X62 (AXD)	64,530	4.904,280
8	153	UNIDADE	BACIA CANELADA EM PLASTICO DE 8 LITROS, MEDINDO 136X350MM,	10,000	1.530,000
9	159	UNIDADE	BACIA DE PLASTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE DE 05 LITROS	7,040	1.119,360
10	136	UNIDADE	BACIA DE PLASTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE DE 10LITROS	11,060	1.504,160
11	114	UNIDADE	BACIA DE PLASTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE DE 15LITROS	11,970	1.364,580
12	93	UNIDADE	BACIA DE PLASTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE DE 30 LITROS	17,300	1.608,900
13	64	UNIDADE	BACIA DE PLASTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE DE 50 LITROS	35,120	2.247,680
14	97	UNIDADE	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE Nº20 (APROXIMADAMENTE 20 LITROS), COR BRANCO OU AZUL ESCURO	19,290	1.871,130
15	116	UNIDADE	BACIA PLASTICA RESISTENTE COM CAPACIDADE DE 3 LITROS	5,500	638,000
16	30	UNIDADE	BALANÇA DIGITAL DE COZINHA; SUPORTA ATÉ 10 KG; COR BRANCA; ESCALA 1 GR; VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO; ALIMENTAÇÃO COM DUAS PILHA AA; DIMENSÕES 24 X 3,5 X 16 CM.	30,870	926,100
17	7	UNIDADE	BANDEJA DECORATIVA PORTÁTIL; ALÇAS EM AÇO INOX ESCOVADO BORDA EM MDF 15 MM PINTURA EM VERNIZ FOSCO; DIMENSÕES 31 X 52 X 3 CM (L X C X A).	135,760	950,320



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

18	157	UNIDADE	BANDEJA PARA COPOS/XICARAS, EM AÇO INOX, RETANGULAR, COM ALCAS PARA FACILITAR O MANUSEIO, TAM. 38,5X 30CM APROXIMADAMENTE.	57,710	9.060,470
19	240	UNIDADE	BANDEJA PLASTICA RETANGULAR 60X40X10 CM	37,400	8.976,000
20	151	UNIDADE	BANDEJA TIPO AÇOUGUE EM PLÁSTICO ATÓXICO CAPACIDADE APROXIMADA DE 7 LITROS	14,500	2.189,500
21	113	UNIDADE	BANDEJA TIPO AÇOUGUE EM PLÁSTICO ATÓXICO GRANDE (10 LITROS)	26,450	2.988,850
22	141	UNIDADE	BANDEJA TIPO AÇOUGUE EM PLÁSTICO ATÓXICO GRANDE (17 LITROS)	34,660	4.887,060
23	15	UNIDADE	BANHEIRAS PARA BEBE COM CAPACIDADE ACIMA DE 18 LITROS 100% ATOXICO, MATERIA PRIMA VIRGEM, COM SABONETEIRA ACOPLADA COM VALVULA PARA ESGOTAR A AGUA, EM CORES NEUTRAS (BRANCOS, AMARELO OU VERDE)	29,360	440,400
24	114	UNIDADE	BATEDOR MANUAL FUÊ PARA MASSAS COM 35 CM DE COMPRIMENTO EM AÇO INOX	18,690	2.130,660
25	109	UNIDADE	BORRACHA PARA PAINEL DE PRESSÃO COM CAPACIDADE 20 LITROS, MATERIAL: SILICONE	48,750	5.313,750
26	30	UNIDADE	BORRACHA PARA PAINEL DE PRESSÃO COM CAPACIDADE 4,5 LITROS; MATERIAL: SILICONE.	6,090	182,700
27	175	UNIDADE	BORRACHA PARA PAINEL DE PRESSÃO COM CAPACIDADE DE 7 LITROS, MATERIAL: SILICONE	6,950	1.216,250
28	2	UNIDADE	BULE; EM ALUMÍNIO REPUXADO; CAPACIDADE PARA 02 LITROS.	50,890	101,780
29	82	UNIDADE	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO INDUSTRIAL COM TAMPAS, 23,8 LITROS, DIÂMETRO: 40 CM.	202,890	16.636,980
30	74	UNIDADE	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO REFORÇADO N.º 30, 05 LITROS	53,100	3.929,400
31	60	UNIDADE	CAIXA FRIGORÍFICA PLÁSTICA COM TAMPAS; ENCAIXE EMPILHÁVEL; LIVRE DE BPA; CAPACIDADE DE 15 LITROS; DIMENSÕES: 33,5 X 51 X 12 CM; COR BRANCA.	58,790	3.527,400
32	60	UNIDADE	CAIXA FRIGORÍFICA PLÁSTICA COM TAMPAS; ENCAIXE EMPILHÁVEL; LIVRE DE BPA; CAPACIDADE DE 24,5 LITROS; DIMENSÕES: 56,1 X 33 X 19 CM; COR BRANCA.	61,310	3.678,600
33	486	UNIDADE	CAIXA ORGANIZADORA 20 LITROS. TRANSPARENTE. RESISTENTE A ALTA E BAIXA TEMPERATURA. POSSUI TRAVAS PRÁTICAS E SEGURAS. MATERIAL POLIPROPILENO. DIMENSÕES APROX: 41X29X25CM	27,500	13.365,000
34	751	UNIDADE	caixa organizadora bin nº 5 , medidas aproximadas da gaveta: altura 120mm, largura 155mm, profundidade 250mm, com identificador porta etiqueta, em polipropileno, empilhável, cor azul	6,030	4.528,530
35	301	UNIDADE	CAIXA ORGANIZADORA BIN Nº6 , MEDIDAS APROXIMADAS DA GAVETA: ALTURA 15CM X 18,5CM LARGURA X 29CM DE COMPRIMENTO. PROFUNDIDADE 250MM, COM IDENTIFICADOR PORTA ETIQUETA, EM POLIPROPILENO, EMPILHÁVEL, COR AZUL.	10,510	3.163,510
36	274	UNIDADE	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPAS. CAPACIDADE MÍNIMA: 13,0 LITROS. COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO POLIPROPILENO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 13,8X32,6X45,7CM (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE).	36,180	9.913,320



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

37	340	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPA, CAPACIDADE DE 30 LITROS	32,890	11.182,600
38	110	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSLUCIDA COM RODAS; CAPACIDADE DE 50 LITROS; TAMPA COM TRAVAS; DIMENSÕES: 32 X 38 X 58 CM (A X L X C).	85,890	9.447,900
39	462	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 05 LITROS, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO, LAVAVEL.	14,310	6.611,220
40	432	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 10 LITROS, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO, LAVAVEL.	17,990	7.771,680
41	350	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 15 LITROS, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO, LAVAVEL.	24,990	8.746,500
42	271	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 38 LITROS, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO, LAVAVEL.	49,500	13.414,500
43	280	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 50 LITROS, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO, LAVAVEL.	50,490	14.137,200
44	231	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 70 LITROS, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO, LAVAVEL.	90,110	20.815,410
45	149	UNIDAD	CAIXA ORGANIZADORA, PLÁSTICA, RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 78 LITROS, COLORIDA, COM TAMPA E PRESILHA PARA FECHAMENTO.	94,390	14.064,110
46	75	UNIDAD	CAIXA PLÁSTICA VAZADA EM POLIETILENO RETANGULAR PARA ACONDICIONAMENTO DE VERDURAS; CAPACIDADE DE 15 KG; DIMENSÕES: 60 X 40 X 15 CM; MATERIAL ATÓXICO; COR BRANCA.	62,420	4.681,500
47	143	UNIDAD	CAIXA PLÁSTICA VAZADA EM POLIETILENO RETANGULAR PARA ACONDICIONAMENTO DE VERDURAS; CAPACIDADE DE 30 KG; DIMENSÕES: 50 X 36 X 31 CM; MATERIAL ATÓXICO; COR BRANCA.	57,900	8.279,700
48	249	UNIDAD	CAIXA RETANGULAR DE 11 LITROS, NA COR BRANCA, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSOES APROXIMADA 39X28X13, COM TAMPA.	29,950	7.457,550
49	253	UNIDAD	CAIXA RETANGULAR DE 3,5 LITROS, NA COR BRANCA, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSOES APROXIMADA 28,5X17,6X9,7CM, COM TAMPA.	17,360	4.392,080
50	223	UNIDAD	CAIXA RETANGULAR DE 6,5 LITROS, NA COR BRANCA, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSOES APROXIMADA 33X22X11, COM TAMPA.	17,070	3.806,610
51	69	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA 12 LITROS COM ALÇA, FABRICADA EM POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL 100% VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODOR.	54,150	3.736,350
52	73	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA 18 LITROS COM ALÇA, FABRICADA EM POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL 100% VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODOR.	58,500	4.270,500
53	69	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA 26 LITROS COM ALÇA, FABRICADA EM POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL 100% VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODOR.	77,660	5.358,540
54	26	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA 47.3 LITROS COM ALÇA E RODAS ,TAMPA ISOLADA E ISOLAMENTO EXTRA NAS PAREDES PARA MAIOR RETENÇÃO DE GELO, RODAS REFORÇADAS PARA TRANSPORTE FÁCIL ,MATERIAL TERMOPLÁSTICO E	448,770	11.668,020



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

			POLIETILENO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 44 X 57 X 45 CM (A X L X C).		
55	36	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA COM ALÇA E RODINHA 58L, COM RODAS ROBUSTAS PARA AR LIVRE E ALÇA DE REBOQUE, QUE FACILITA O TRANSPORTE, TAMPA ARTICULADA. FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTO IMPACTO POSSUI ISOLAMENTO TÉRMICO EM ESPUMA DE POLIURETANO, PRÁTICA E FÁCIL DE LIMPAR. CONSTRUÍDA COM MATÉRIA PRIMA ECOLOGICAMENTE. NAS DIMENSÕES (C.88CM X L.40CM X A. 48CM).	1000,570	36.020,520
56	24	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA COM RODAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS. COMPOSIÇÃO: POLIETILENO; ISOLAMENTO TÉRMICO EM ESPUMA DE POLIURETANO NO CORPO E NA TAMPA (O ISOLAMENTO NÃO DEVE CONTER CFCS, HFCS OU HCFC), TAMPA DUPLA E ARTICULADA, ALÇAS LATERAIS PARA TRANSPORTE, REVESTIMENTO ANTIMICROBIANO RESISTENTE AO CRESCIMENTO DE BACTÉRIAS CAUSADORAS DE ODOR, ADITIVO UV-REFLEXIVO QUE IMPEDE AMARELECIMENTO E ENFRAQUECIMENTO. GARANTIA MÍNIMA: 9 MESES.	1309,980	31.439,520
57	42	UNIDAD	CAIXA TÉRMICA, CAPACIDADE MÍNIMA 34 LITROS. COMPOSIÇÃO: POLIETILENO, ISOLAMENTO TÉRMICO EM ESPUMA DE POLIURETANO NO CORPO E NA TAMPA. TAMPA DUPLA E ARTICULADA, ALÇA PARA FÁCIL TRANSPORTE. COR AZUL ESCURO COM TAMPA BRANCA.	96,730	4.062,660
58	96	UNIDAD	CAIXA, CESTO ORGANIZADOR, RATTAN, CAPACIDADE 16 LITROS, MEDIDAS APROXIMADAS 35.5 CM X 26.5 CM X 18.5 CM	31,870	3.059,520
59	31	UNIDAD	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO COM TAMPA; CAPACIDADE DE 20 LITROS.	92,530	2.868,430
60	51	UNIDAD	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO COM TAMPA; CAPACIDADE DE 26 LITROS.	154,140	7.861,140
61	39	UNIDAD	CALDEIRAO INDUSTRIAL COM TAMPA, CONFECCIONADO EM INOX, CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LITROS.	1076,730	41.992,470
62	90	UNIDAD	CANECO EM ALUMÍNIO COM BICO; CAPACIDADE DE 03 LITROS; ALÇA DE BAQUELITE.	26,920	2.422,800
63	75	UNIDAD	CANECO EM ALUMÍNIO COM BICO; CAPACIDADE DE 08 LITROS; ALÇA DE BAQUELITE.	72,440	5.433,000
64	30	UNIDAD	CAPA PARA COLCHÃO SOLTEIRO IMPERMEÁVEL, 88 X 188 X 12 CM	60,950	1.828,500
65	10	UNIDAD	CAPA PARA TRAVESSEIRO TAMANHO 0,50 X 0,70 CM, IMPERMEAVEL HOSPITALAR EM NAPA PVC, ANTI FUNGO, ANTI ALERGICO, COM FORRO E ZIPER	31,450	314,500
66	78	UNIDAD	CHALEIRA FUNDO TRIPLO EM AÇO INOX, 3 LITROS	140,310	10.944,180
67	149	UNIDAD	COADOR CHINOY PENEIRA CÔNICA: PENEIRA MATERIAL AÇO E INOX COM FORMATO DE CONE DE TRAMA BEM FINA, É UTILIZADO PARA COAGEM FINA DE LÍQUIDOS. DIMENSÕES PROXIMADAMENTE 2CM, LARGURA 10CM, ALTURA 9CM OU DIMENSÕES APROXIMADAS	27,800	4.142,200
68	251	UNIDAD	COADOR DE CAFE DE MALHA FLANELADA, ALCA DE ARAME REFORCADO, COM 13 A 14 CM DE DIAMETRO.	9,780	2.454,780



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

69	156	UNIDADE	COADOR DE CAFÉ EM TECIDO EM ALGODÃO OU FLANELA COM CABO PLÁSTICO; FORMATO CÔNICO; 22 CM DE PROFUNDIDADE E 16,5 CM DE DIÂMETRO.	10,270	1.602,120
70	340	UNIDADE	COBERTOR MICROFIBRA; DIMENSÕES: 220 X 180 CM; SEM ESTAMPAS; BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO; COR A DEFINIR.	51,200	17.408,000
71	3.454	UNIDADE	COLHER (SOBREMESA) INOX, LINHA NACIONAL.	1,610	5.560,940
72	111	UNIDADE	COLHER CONCAVA PARA CALDEIRÃO 45CM 160º POLIPROPILENO	26,120	2.899,320
73	18	KIT	COLHER DE CAFÉ; EM INOX; KIT COM 6 UNIDADES.	10,000	180,000
74	40	UNIDADE	COLHER DE PAU (MADEIRA MACICA), TAMANHO GRANDE MEDINDO 43 CM DE COMPRIMENTO TOTAL DA COLHER, 30 CM COMPRIMENTO DO CABO E DIMENSSAO DA COLHER DE 7 X 13 CM.	13,000	520,000
75	95	UNIDADE	COLHER DE SERVIR EM SILICONE; CABO ERGONÔMICO RESISTENTE AO CALOR; LIVRE DE BPA; DIMENSÕES: 27 X 5,7 CM; COR PRETO OU VERMELHO.	13,110	1.245,450
76	158	UNIDADE	COLHER DE SILICONE PARA BOLO ANTIADERENTE COM 27 CM	16,980	2.682,840
77	2.253	UNIDADE	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO (CXLXA): 175X48X21 MM, LINHA NACIONAL	1,400	3.154,200
78	166	UNIDADE	COLHER DE USO INDUSTRIAL, CONFEÇIONADA EM AÇO INOX, 50 CM DE COMPRIMENTO.	28,100	4.664,600
79	123	UNIDADE	COLHER EM NYLON COM CABO EM PLASTICO, 340X70X35MM	13,130	1.614,990
80	497	UNIDADE	COLHER PARA ALIMENTOS EM AÇO INOX COM 35 CM DE COMPRIMENTO	9,820	4.880,540
81	114	UNIDADE	COLHERES GRANDES COM APROXIMADAMENTE 60 CM DE COMPRIMENTO EM POLIPROPILENO	30,290	3.453,060
82	124	UNIDADE	CONCHA EM AÇO INOX, RESISTENTE, TIPO SOPA LINHA NACIONAL, DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO 30 CM	5,990	742,760
83	105	UNIDADE	CONCHA EM AÇO INOX, RESISTENTE, TIPO SOPA LINHA NACIONAL, DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO 50 CM	30,560	3.208,800
84	60	UNIDADE	CONCHA EM NYLON COM CABO EM PLASTICO, 300X100X35MM	10,950	657,000
85	80	UNIDADE	CONCHA TERRINA EM SILICONE; CABO ERGONÔMICO RESISTENTE AO CALOR; LIVRE DE BPA; DIMENSÕES: 3,5 X 7 X 28 CM; COR PRETO OU VERMELHO.	15,700	1.256,000
86	10	UNIDADE	CONJUNTO DE COLHERES E XÍCARAS DE MEDIDA 6 PEÇAS - MATERIAL: PLÁSTICO EM CORES SORTIDAS, 1/2 COLHER DE SOPA 7,5ML, 1 COLHER DE SOPA 15ML, 1/4 COPO 60ML, 1/3 COPO 85ML, 1/2 COPO 125ML, 1 COPO 250ML.	18,920	189,200
87	43	UNIDADE	CONJUNTO FORMA PUDIM BANHO MARIA E PANELE DE ALUMÍNIO COM TAMPA 2 X 1, CALDEIRÃO DE 4,6 LITROS E FORMA PUNDINZEIRA DE 1,8 LITROS.	48,940	2.104,420
88	915	UNIDADE	COPO DE VIDRO TEMPERADO 250 ML.	4,900	4.483,500



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

89	3.946	UNIDAD	COPO EM POLICARBONATO TRANSPARENTE/TEXTURIZADO INQUEBRÁVEL, CAPACIDADE 200 ML;	4,290	16.928,340
90	78	UNIDAD	CORTADOR DE LEGUMES TAMANHO M, COLUNA E PÉS EM TUBO DE AÇO 5/8 E FACAS EM INOX DE 10MM, COM PINTURA ELETROSTÁTICA	108,040	8.427,120
91	36	UNIDAD	DESCASCADOR DE LARANJA MANUAL COM MANIVELA, CONFEÇIONADA EM METAL, MEDINDO 9 X 13 CM (C X L).	114,970	4.138,920
92	104	UNIDAD	DESCASCADOR DE LEGUMES EM INOX, TAMANHO APROXIMADO DE 19 CM DE COMPRIMENTO	7,500	780,000
93	113	UNIDAD	DESCASCADOR E BOLADOR DE FRUTASE LEGUMES CORPO DE PLASTICO E LAMINA DE AÇO INOX	12,650	1.429,450
94	65	UNIDAD	ESCORREDOR DE COPOS EM AÇO CROMADO PARA 48 COPOS; DIMENSÕES: 21 X 46 X 73 CM.	138,940	9.031,100
95	55	UNIDAD	ESCORREDOR DE LOUÇA INDUSTRIAL EM INOX PARA 80 PRATOS; DIMENSÕES: 28 X 87 X 58 CM.	542,550	29.840,250
96	101	UNIDAD	ESCORREDOR DE LOUCAS EM INOX, PARA PRATOS, TALHERES E COPOS. TAM. 46X33X13CM APROXIMADAMENTE.	74,490	7.523,490
97	63	UNIDAD	ESCORREDOR DE MACARRÃO EM AÇO INOX 03 LITROS	43,720	2.754,360
98	120	UNIDAD	ESCUMADEIRA EM ALUMINIO COM COMPRIMENTO DE 35CM	17,500	2.100,000
99	98	UNIDAD	ESPATULA ANTIADERENTE NYLON PARA COZINHA, EM MATERIAL ATÓXICO (NYLON) E RESISTENTE, CABO ANATÔMICO (LEVEMENTE CURVADO) COM ORIFÍCIO NA PONTA QUE PERMITE PENDURAR A PEÇA,	12,760	1.250,480
100	103	UNIDAD	ESPATULA PARA BOLO EM AÇO INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25CM.	10,000	1.030,000
101	157	UNIDAD	FACA DE CARNE E COZINHA 8 POLEGADAS, EM INOX E CABO DE POLIPROPILENO, COM PROTECAO ANTIBACTERIANA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM DE COMPRIMENTO	25,260	3.965,820
102	914	UNIDAD	FACA DE MESA EM AÇO INOX, DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO (CXLXA): 205X19X2 MM, LINHA NACIONAL	2,120	1.937,680
103	223	UNIDAD	FACA PARA CHURRASCO INOX 4 POLEGADAS, EM INOX E CABO DE POLIPROPILENO, COM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM DE COMPRIMENTO	13,640	3.041,720
104	125	UNIDAD	FACA PARA PAO, COM SERRA EM INOX, CABO DE POLIPROPILENO, LINHA NACIONAL	12,500	1.562,500
105	300	UNIDAD	FACA PEQUENA CORTAR LEGUMES COM LAMINA EM AÇO INOX E CABO POLIPROLENO, MEDINDO 20 CM.	11,700	3.510,000
106	28	UNIDAD	FAQUEIRO EM INOX, CABO EM POLIPROPILENO, COM 24 PEÇAS, SENDO: 6 FACAS PARA CHURRASCO, 6 GARFOS DE MESA, 6 COLHERES DE MESA, 6 COLHERES PARA CHÁ.	67,720	1.896,160
107	18	UNIDAD	FERVEDOR EM ALUMÍNIO; REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIADERENTE; CAPACIDADE PARA 2 LITROS.	67,400	1.213,200
108	61	UNIDAD	FILTRO COADOR DE CAFÉ; AÇO INOX; TAMANHO 103.	44,430	2.710,230



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

109	100	UNIDADE	FORMA EM ALUMINIO PARA PÃO, COM MEDIDAS (C X L X A) 30CM X 13CM X 5CM	19,330	1.933,000
110	184	UNIDADE	FORMA PARA 12 CUPCAKES, EM AÇO CARBONO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE, SUPORTA ATÉ 230°C MEDIDA APROXIMADA 35 X 26,5 CM (COMPRIMENTO X LARGURA) COM FORMINHAS DE 5 X 3 CM (DIAMETRO X ALTURA).	22,500	4.140,000
111	63	UNIDADE	FORMA PARA BOLO RETANGULAR, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO RESISTENTE, TAMANHO APROXIMADO 29 X 44 X 9 CM	36,610	2.306,430
112	130	UNIDADE	FORMA PARA BOLO RETANGULAR, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO RESISTENTE, TAMANHO APROXIMADO 37 X 27 X 4 CM.	25,260	3.283,800
113	148	UNIDADE	FORMA PARA BOLO RETANGULAR, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO RESISTENTE, TAMANHO APROXIMADO 40 X 30 X 5 CM	38,900	5.757,200
114	120	UNIDADE	FORMA PARA GELO, EM PLASTICO RESISTENTE, COR BRANCO	4,550	546,000
115	253	UNIDADE	FORMA PARA PICOLÉ, MOLDE DE SORVETE DE SILICONE COM TAMPAS, MEDIDA APROXIMADA DE 21 X 13 X 9 CM, COM 12 CAVIDADES INDEPENDENTES	65,730	16.629,690
116	48	UNIDADE	FORMA REDONDA DE ALUMÍNIO POLIDO PARA PUDIM Nº 24	29,990	1.439,520
117	3	UNIDADE	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE COM TAMPA; 28 CM DIÂMETRO E 6 CM ALTURA.	76,900	230,700
118	66	UNIDADE	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO RESISTENTE, 26 CM DE DIÂMETRO.	48,440	3.197,040
119	1	UNIDADE	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE; 20 CM DIAMETRO.	37,970	37,970
120	40	UNIDADE	FRIGIDEIRA EM ALUMINIO DIAMETRO DE 20CM, COM CABO EM MATERIAL RESISTENTE;	21,670	866,800
121	58	UNIDADE	FRIGIDEIRA EM ALUMINIO DIAMETRO DE 30CM, COM CABO EM MATERIAL RESISTENTE;	75,480	4.377,840
122	70	UNIDADE	FRONHA PARA USO HOSPITALAR TAMANHO 50CMX70CM, COMPOSICAO TEXTIL: PERCAL 150 FIOS - 100% ALGODAO, COR À DEFINIR, TECIDO CLARO, RESISTENTE A LAVAGEM INDUSTRIAL, PERSONALIZADO (COM SERIGRAFIA UPA MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO.	20,900	1.463,000
123	1.302	UNIDADE	GARFO DE MESA EM AÇO INOX DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO (CXLXA): 193X26X17 MM, LINHA NACIONAL	1,960	2.551,920
124	26	UNIDADE	GARFO PARA CHURRASCO EM INOX COM CABO DE POLIPROPILENO; 33 CM DE COMPRIMENTO.	9,270	241,020
125	330	UNIDADE	GARFO PEQUENO PARA MESA; INTEIRO EM AÇO INOX; ACABAMENTO LISO; DIMENSÕES: 17 CM DE COMPRIMENTO TOTAL; 11 CM DE COMPRIMENTO DO CABO; 5 CM DE DIÂMETRO DA ÁREA SUPERIOR; 3,5 CM DE COMPRIMENTO DOS DENTES; 1,3 CM DE LARGURA TOTAL DOS DENTES; 1 A 1,2 MM DE ESPESSURA.	3,050	1.006,500
126	34	UNIDADE	GARRAFA TÉRMICA 1,8 L; COR PRETA FOSCA; BICO CORTA PINGOS; AMPOLA INTERNA INQUEBRÁVEL EM AÇO INOX; DESIGN CONTEMPORÂNEO E MINIMALISTA, COM DETALHES DA ALÇA EM MADEIRA; LIVRE DE BPA; PAREDE DUPLA DE ISOLAMENTO A VÁCUO COM 12	257,890	8.768,260



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

			HORAS DE PRESERVAÇÃO DE BEBIDAS QUENTES OU GELADAS; TAMPA SELADA COM ROSCA GIRATÓRIA; ACABAMENTO NA BASE EM SILICONE.		
127	119	UNIDAD	GARRAFA TÉRMICA COM CAPACIDADE PARA 12 LITROS, CONTENDO TORNEIRA, SENDO ISOTERMICA E MAXITERMICA, COM TORNEIRA DESMONTÁVEL PARA HIGIENIZAÇÃO PÉS RETRATÁVEIS	140,520	16.721,880
128	6	UNIDAD	GARRAFA TÉRMICA COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS, CONTENDO TORNEIRA, SENDO ISOTÉRMICA E MAXITERMICA, COM TORNEIRA DESMONTÁVEL PARA HIGIENIZAÇÃO E PÉS RETRATÁVEIS	69,230	415,380
129	73	UNIDAD	GARRAFA TERMICA DE PRESSAO, COM CAPACIDADE DE 3 LITROS, COM ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO EM AÇO INOX, INQUEBRAVEL, SEM AMPOLA DE VIDRO, BASE DE SILICONE CONTRA QUEDAS E BATIDAS.	249,220	18.193,060
130	178	UNIDAD	GARRAFA TÉRMICA DE PRESSÃO, REVESTIDA EM AÇO INOXIDÁVEL FOSCO, COM ALÇA, AMPOLA DE VIDRO, SISTEMA QUE EVITA PINGOS, COM CAPACIDADE DE 1,0 LITROS.	87,550	15.583,900
131	338	UNIDAD	GARRAFA TÉRMICA DE PRESSÃO, REVESTIDA EM AÇO INOXIDÁVEL FOSCO, COM ALÇA, AMPOLA DE VIDRO, SISTEMA QUE EVITA PINGOS, COM CAPACIDADE DE 1,8 LITROS.	89,000	30.082,000
132	93	UNIDAD	GARRAFA TÉRMICA DE ROSCA, COM CAPACIDADE DE 500ML, CORPO PLÁSTICO, AMPOLA DE VIDRO, CORES LISA E ESCURA.	45,710	4.251,030
133	270	UNIDAD	JARRA DE PLASTICO RESISTENTE, SEM RUGOSIDADES, COM TAMPA, CAPACIDADE DE 02 LITROS	14,900	4.023,000
134	191	UNIDAD	JARRA DE PLASTICO RESISTENTE, SEM RUGOSIDADES, COM TAMPA, CAPACIDADE DE 04 LITROS	27,960	5.340,360
135	115	UNIDAD	JARRA DE PLASTICO RESISTENTE, SEM RUGOSIDADES, COM TAMPA, CAPACIDADE DE 05 LITROS	37,230	4.281,450
136	9	UNIDAD	JARRA DE VIDRO DE BOROSSILICATO; CAPACIDADE DE 1,7 LITROS; TAMPA EM INOX; VEDAÇÃO EM SILICONE.	45,480	409,320
137	66	UNIDAD	JARRA DE VIDRO TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 1,5 LTS	22,500	1.485,000
138	112	UNIDAD	JARRA DE VIDRO TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE DE 2 LITROS, COM TAMPA E ALCA	39,870	4.465,440
139	72	UNIDAD	JARRA MEDIDORA; EM PLÁSTICO; 1000 ML; MEDIDAS EM ML E GRAMAS DE FARINHA E AÇÚCAR.	21,720	1.563,840
140	160	UNIDAD	JOGO DE 03 POTES RETANGULARES COM TAMPA, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE TRANSPARENTE.CAPACIDADES: 400, 800 E 1500ML.	25,030	4.004,800
141	142	JOGO	JOGO DE 05 POTES REDONDOS COM TAMPA DE ROSCA PARA MANTIMENTOS; POLIPROPILENO ATÓXICO; ESTRUTURA RÍGIDA; CAPACIDADES: 300, 720, 1800, 3200 E 4500 ML.	39,000	5.538,000
142	10	KIT	JOGO DE TAPETES ANTIDERRAPANTES PARA COZINHA; 01 PASSADEIRA DE 138 X 44 CM; 02 TAPETES DE 64 X 44 CM; 72% ALGODÃO E 28% POLIÉSTER; BASE 100% LÁTEX; LAVÁVEL; ANTIALÉRGICO E ANTIÁCARO; PROTEÇÃO CONTRA OS RAIOS UVS; PERFIL BAIXO 2 MM; SEM PELOS; COR A DEFINIR.	66,490	664,900
143	200	KIT	KIT CORTADOR DE BISCOITO COM 10 A 12 PEÇAS; EM AÇO INOXIDÁVEL; TEMAS: CORAÇÃO, ESTRELA,	94,000	





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

			DESENHOS INFANTIS OU PÁSCOA; DIMENSÕES: 10 X 8 X 1,7 CM.		18.800,000
144	340	KIT	KIT TALHERES (GARFO E COLHER) PARA BEBÊ; EM SILICONE; DESIGN ANATÔMICO; SEGURO; COM PONTAS ARREDONDADAS; CABO ANATÔMICO DE PROLIPOPILENO; 100% ATÓXICO; LIVRE DE BPA.	22,910	7.789,400
145	100	UNIDADE	LANTERNA LED; HOLOFOTE LONGO ALCANCE; RECARREGÁVEL VIA USB; COM COBERTURA RESISTENTE À ÁGUA; BATERIA DE LÍTIO RECARREGÁVEL; ACOMPANHADA DE CABO PARA CARREGAMENTO.	61,490	6.149,000
146	200	UNIDADE	LANTERNA TÁTICA PROFISSIONAL 11 CM; LED T6; REGULAGEM DE FOCO/ZOOM; 3 MODOS DE FUNCIONAMENTO: LUZ FORTE (100% DA POTÊNCIA), LUZ MÉDIA (50% DA POTÊNCIA), MODO STROBO (PISCANDO); BATERIA RECARREGÁVEL COM CARREGADOR USB BOVOLT; RESISTENTE A CHUVA, LAMA E CHOQUES.	101,240	20.248,000
147	95	UNIDADE	LEITEIRA DE ALUMINIO COM CABO E TAMPA - CAPACIDADE PARA 2 LITROS	38,000	3.610,000
148	49	UNIDADE	LEITEIRA EM ALUMINIO COM CABO, Nº12 - CAPACIDADE PARA 1 LITRO	21,690	1.062,810
149	96	UNIDADE	LENÇOL DE CAMA 100% ALGODÃO, MINIMO 150 FIOS, COMELÁSTICO, EM CORES CLARAS. TAMANHO PADRÃO SOLTEIRO (1,35X2,40).	39,000	3.744,000
150	116	UNIDADE	LENÇOL PARA CAMA; 100% ALGODÃO; DIMENSÕES: 190 X 90 CM; TEOR DE ENCOLHIMENTO MENOR OU IGUAL A 10%; BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO; COR A DEFINIR.	33,570	3.894,120
151	105	UNIDADE	LUVA DE MALHA DE 100% AÇO INOXIDÁVEL; ALTA PROTEÇÃO, ANTI CORTE; AMBIDESTRO; GRAU DE PROTEÇÃO 5; COM FIVELA AJUSTÁVEL, COM LUVA DE ALGODÃO; TAMANHOS: P, M, G (OU IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHOS EQUIVALENTES); POSSUIR C.A. DE EPI VÁLIDO, EXPEDIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / INMETRO.	362,350	38.046,750
152	115	UNIDADE	LUVA TÉRMICA PROFISSIONAL EM SILICONE; REVESTIMENTO DE ALGODÃO; RESISTENTE PARA TEMPERATURAS ALTAS; ANTIDERRAPANTE NA PALMA; TOTALMENTE IMPERMEÁVEL; DIMENSÕES: 1,5 X 18 X 50 CM (A X L X C).	78,490	9.026,350
153	10	UNIDADE	MAMADEIRA COM FRASCOS E CAPUZ; TAMPA EM POPROPILENO; BICO DE SILICONE; 330 ML.	45,130	451,300
154	129	UNIDADE	MINI PROCESSADOR DE ALIMENTOS 3 LÂMINAS MANUAL, ACIONAMENTO GIRATÓRIO ATRAVÉS DE CORDA RETRÁTIL, EM ACRÍLICO E LAMINAS EM AÇO INOX, DIMENÇÕES APROXIMADA DE 12 X 9 CM.	19,900	2.567,100
155	200	UNIDADE	NÉCESSAIRE EM PLÁSTICO TRANSPARENTE CRISTAL; FECHAMENTO EM ZÍPER; DIMENSÕES: 20 X 8 X 15 CM.	27,940	5.588,000
156	3	UNIDADE	ORGANIZADOR DE PIA EM PLÁSTICO; ESPAÇO PARA ESPONJA E PORTA DETERGENTE; BANDEJA COLETORA PARA ÁGUA; DIMENSÕES: 9 X 24 X 8 CM (C X L X A).	15,050	45,150
157	105	UNIDADE	ORGANIZADOR PLÁSTICO COM DIVISÕES (30 X 18 X 4 CM.DIMENSÕES : A:4 CM / L:18,0CM / C: 30CM.TAMPA E DUAS TRAVAS, TRANSPARENTE.	23,900	2.509,500
158	41	UNIDADE	ORGANIZADORA DE 50 LITROS TRANSLUCIDA COM RODINHAS , TRAVAS NA TAMPA, DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM (AXLXC): 35CM X 38CM X	78,900	3.234,900



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

			60CM DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (AXLXC): 32CM X 38CM X 58.		
159	75	UNIDAD	PÁ PARA ARROZ EM ALTILENO; DIMENSÕES: 60 X 8 X 2 CM (C X L X E).	80,650	6.048,750
160	73	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO COM TAMPA DE 20 CM, REVESTIMENTO EM TEFLON, CAPACIDADE 2,9 LITROS.	44,000	3.212,000
161	78	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO COM TAMPA Nº 28 COM CAPACIDADE DE 5,5 LTS	63,900	4.984,200
162	32	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO COM TAMPA Nº 30 COM CAPACIDADEDE 10 LTS	87,000	2.784,000
163	38	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO COM TAMPA Nº 34 COM CAPACIDADEDE 15 LTS	100,600	3.822,800
164	41	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO COM TAMPA Nº 36 COM CAPACIDADEDE 20 LTS	104,000	4.264,000
165	21	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM TAMPA Nº 50; CABO EM BAQUELITE; CAPACIDADE DE 41 LITROS.	303,720	6.378,120
166	23	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM TAMPA; CABO EM BAQUELITE; CAPACIDADE DE 20 LITROS.	198,550	4.566,650
167	38	UNIDAD	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM TAMPA; CABO EM BAQUELITE; CAPACIDADE DE 30 LITROS.	179,910	6.836,580
168	46	UNIDAD	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO INTERNO DE TEFLON ANTIADERENTE, CAPACIDADE DE 4,5 LITROS.	101,480	4.668,080
169	76	UNIDAD	PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, CAPACIDADE DE 10 LITROS, COM VALVULA E TRAVA DE SEGURANCA, COM PEGADOR EM MATERIAL ATERMICO, BORRACHA DE VEDACAO, COM REGISTRO NO INMETRO E GARANATIA DE FABRICACAO.	148,410	11.279,160
170	35	UNIDAD	PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, CAPACIDADE DE 14 LITROS, COM VALVULA E TRAVA DE SEGURANCA, COM PEGADOR EM MATERIAL ATERMICO, BORRACHA DE VEDACAO, COM REGISTRO NO INMETRO E GARANTIA DE FABRICACAO	409,900	14.346,500
171	46	UNIDAD	PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, CAPACIDADE DE 20 LITROS, COM VALVULA E TRAVA DE SEGURANCA, COM PEGADOR EM MATERIAL ATERMICO, BORRACHA DE VEDACAO, COM REGISTRO NO INMETRO E GARANTIA DE FABRICACAO	399,000	18.354,000
172	64	UNIDAD	PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, CAPACIDADE DE 4,5 LITROS, COM VALVULA E TRAVA DE SEGURANCA, COM PEGADOR EM MATERIAL ATERMICO, BORRACHA DE VEDACAO, COM REGISTRO NO INMETRO E GARANTIA DE FABRICACAO	70,000	4.480,000
173	59	UNIDAD	PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, CAPACIDADE DE 7LITROS, COM VALVULA E TRAVA DE SEGURANCA, COM PEGADOR EM MATERIAL ATERMICO, BORRACHA DE VEDACAO, COM REGISTRO NO INMETRO E GARANATIA DE FABRICACAO.	89,750	5.295,250
174	1.545	UNIDAD	PANO DE PRATO COM ESTAMPA, 100% ALGODAO, MEDINDO 67X45CM	4,570	7.060,650
175	1.192	UNIDAD	PANO DE PRATO/COPA ATOALHADO FELPUDO 100% ALGODÃO, 45X70CM APROXIMADAMENTE	7,400	8.820,800



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

176	131	UNIDADE	PEGADOR DE MACARRÃO EM INOX, MEDINDO 8,5 X 28 X 5,5 CM (C X L X A).	13,700	1.794,700
177	145	UNIDADE	PENEIRA PARA CHÁ EM AÇO CROMADO 16 CM	12,720	1.844,400
178	71	UNIDADE	PINCEL CULINÁRIO DE SILICONE PARA PÃES E BOLOS COZINHA, MEDIDAS APROXIMADAS 16X3 CM, PONTA DE SILICONE E CABO DE ACRILICO	11,910	845,610
179	230	UNIDADE	PISO PLÁSTICO MODULAR ANTIDERRAPANTE EM POLIPROPILENO; ENCAIXES LATERAIS NAS BORDAS PARA MONTAGEM; DIMENSÕES: 25 X 50 X 2,5 CM; COR BRANCO.	23,980	5.515,400
180	67	UNIDADE	PLASTICO ATOALHADO DE MESA, COM MANTA ATOALHADA, COMPOSICAO 100% PVC, ESTAMPA A ESCOLHER, LARGURA 1,40M, ROLO COM 30 METROS.	323,560	21.678,520
181	56	UNIDADE	PORTA LEITE DE SAQUINHO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO, 850ML.	7,070	395,920
182	128	UNIDADE	POTE DE PLÁSTICO QUADRADO COM TAMPA, CAPACIDADE DE 7 LITROS.	29,070	3.720,960
183	197	UNIDADE	POTE DE PLÁSTICO QUADRADO RESISTENTE, CAPACIDADE DE 1 LITRO BRANCO TRANSPARENTE COM TAMPA NA COR BRANCA	9,940	1.958,180
184	217	UNIDADE	POTE DE PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPA, CAPACIDADE DE 500 ML, PARA MICROONDAS.	12,140	2.634,380
185	252	UNIDADE	POTE DE VIDRO REDONDO LISO COM TAMPA PLÁSTICA RESISTENTE COM ROSCA, 01 LITRO.	18,150	4.573,800
186	220	UNIDADE	POTE PLÁSTICO QUADRADO TRANSPARENTE COM TAMPA BRANCA; CAPACIDADE 2 LITROS; POLIPROPILENO ATÓXICO; ESTRUTURA RÍGIDA.	17,730	3.900,600
187	352	UNIDADE	POTE PLÁSTICO QUADRADO TRANSPARENTE COM TAMPA BRANCA; CAPACIDADE 3 LITROS; POLIPROPILENO ATÓXICO; ESTRUTURA RÍGIDA.	18,180	6.399,360
188	284	UNIDADE	POTE PLÁSTICO RETANGULAR COM TAMPA; CAPACIDADE 4 LITROS; POLIPROPILENO ATÓXICO; ESTRUTURA RÍGIDA.	22,370	6.353,080
189	95	UNIDADE	POTE PLÁSTICO RETANGULAR COM TAMPA; CAPACIDADE 9 LITROS; POLIPROPILENO ATÓXICO; ESTRUTURA RÍGIDA.	40,390	3.837,050
190	8	UNIDADE	POTE REDONDO CANELADO HERMÉTICO PARA BISCOITOS; EM VIDRO TRANSPARENTE; CAPACIDADE DE 2,4 L; DECORAÇÃO EM ALTO RELEVO.	58,530	468,240
191	7	KIT	POTES HERMÉTICOS PARA MANTIMENTOS; EM VIDRO TRANSPARENTE; TAMPA DE BAMBU; KIT COM 3 UNIDADES (350 ML, 500 ML E 750 ML).	145,430	1.018,010
192	1.600	UNIDADE	PRATO DE SOPA DE VIDRO TEMPERADO LISO TRANSPARENTE; DIÂMETRO DE 19,6 CM.	8,000	12.800,000
193	2.298	UNIDADE	PRATO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO, APROXIMADAMENTE 30CM, COR BRANCO OU AZUL ESCURO TRANSPARENTE, TRADICIONAL.	6,880	15.810,240
194	459	UNIDADE	PRATO RASO DE VIDRO TEMPERADO, APROXIMADAMENTE 30 CM.	7,900	3.626,100
195	92	UNIDADE	RALADOR 4 FACES EM INOX COM CABO ABS, MEDIDAS APROXIMADAS 23CMX10CM	14,900	1.370,800
196	135	UNIDADE	RELÓGIO DIGITAL DE PAREDE; VISOR DE LED; HORA, DATA E TEMPERATURA EM PORTUGUÊS; GABINETE EM PLÁSTICO; DIMENSÕES: 2,5 X 36 X 15 CM; FONTE DE	175,090	23.637,150



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

			ALIMENTAÇÃO 110/220V; COR PRETO COM NÚMEROS VERMELHOS.		
197	13	UNIDAD	SUORTE DE TOALHA PARA PIA / LAVABO; EM AÇO; DIMENSÕES: 20 X 10 X 31 CM.	29,930	389,090
198	4	UNIDAD	SUORTE PARA ROLO PAPEL TOALHA; EM AÇO COM PINTURA EPÓXI; DIMENSÕES: 14 X 12 X 30 CM; COR PRETA.	25,000	100,000
199	121	UNIDAD	TABUA PARA CORTE 44X31CM DE POLIPROPILENO, CONTRABACTERIAS - BRANCA.	34,920	4.225,320
200	114	UNIDAD	TABUA PARA CORTE 44X31CM DE POLIPROPILENO, CONTRABACTERIAS - VERDE.	45,610	5.199,540
201	116	UNIDAD	TABUA PARA CORTE 44X31CM DE POLIPROPILENO, CONTRABACTERIAS - VERMELHA.	46,930	5.443,880
202	32	UNIDAD	TAÇAS CANECAS DE VIDRO PARA CAPPUCCINO; CAPACIDADE DE 120 ML.	8,860	283,520
203	32	UNIDAD	TAÇAS CANECAS DE VIDRO PARA CAPPUCCINO; CAPACIDADE DE 240 ML.	17,660	565,120
204	98	UNIDAD	TAÇAS PARA DE VIDRO PARA ÁGUA; CAPACIDADE DE 330 ML.	9,450	926,100
205	175	UNIDAD	TAPETE 100% MICROFIBRA; BASE 100% LATEX ANTIDERRAPANTE; DIMENSÕES: 40 X 60 CM; 850 GRAMAS/M².	19,000	3.325,000
206	110	UNIDAD	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO COM MIRA LASER PARA COMIDA, FRITURA, ASSADOS; ALIMENTAÇÃO POR BATERIA/PILHA; FAIXA DE MEDIÇÃO -50°C ATÉ, NO MINIMO, 380°C COM PRECISÃO DE $\pm 2\%$; UNIDADES DE MEDIDAS CELSIUS E FAHRENHEIT; DISPLAY DIGITAL; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; TEMPO DE LEITURA 0,5 S.	69,700	7.667,000
207	110	UNIDAD	TERMÔMETRO DIGITAL TIPO ESPETO PARA ALIMENTOS COM CAPA PROTETORA; FAIXA DE MEDIÇÃO DE -45°C ATÉ 230°C COM EXATIDÃO DE $\pm 1^\circ\text{C}$ A $2,5^\circ\text{C}$; HASTE DE 127 MM; VIDA ÚTIL DE 6.000 HORAS; PESO SEM A PILHA: 22G; SENSOR HASTE À PROVA D'ÁGUA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 45 MIN SEM OPERAÇÃO; FUNÇÃO HOLD QUE FIXA O VALOR APRESENTADO NO VISOR, MESMO APÓS O SENSOR SER RETIRADO DA SUBSTÂNCIA.	63,300	6.963,000
208	8	UNIDAD	TOALHA DE BANDEJA EM POLIÉSTER COM DETALHES EM BORDADO INGLÊS; DIMENSÕES: 45 X 30 CM; COR BRANCA.	26,690	213,520
209	130	UNIDAD	TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO, FELPUDA, TAMANHO 1,40M X 0,70M COM BARRADO DE APROXIMADAMENTE 11,5CM, PERSONALIZADO COM BORDADO DO MUNICÍPIO,	41,690	5.419,700
210	18	UNIDAD	TOALHA DE CHÁ CENTRO DE MESA EM ALGODÃO E POLIÉSTER; DIMENSÕES: 78 X 78 CM.	24,960	449,280
211	252	UNIDAD	TOALHA DE MÃO 100% ALGODÃO, TAMANHO 0,30M X 0,45M COM BARRADO DE APROXIMADAMENTE 11,5 CM PARA BORDAR - CORES A ESCOLHER	7,450	1.877,400
212	49	UNIDAD	TOALHA DE MESA REDONDA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE 1,50 M DE DIÂMETRO	43,610	2.136,890
213	92	UNIDAD	TOALHA DE MESA REDONDA, (COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO) MEDINDO 1,50 M DE DIÂMETRO, ESTAMPA SORTIDAS EM TONS CLAROS E NEUTROS.	47,730	4.391,160



214	55	UNIDADE	TOALHA DE MESA RETANGULAR EM PLÁSTICO TRANSPARENTE 1,40 M X 2,5 M	39,950	2.197,250
215	108	UNIDADE	TOALHA DE MESA RETANGULAR, (COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO 20% POLIESTER) NAS MEDIDAS 1.40MX2.5M, ESTAMPA SORTIDAS EM TONS CLAROS E NEUTROS.	48,680	5.257,440
216	171	UNIDADE	TOALHA DE MESA RETANGULAR, (COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO 20% POLIESTER) NAS MEDIDAS 1.40MX2M, ESTAMPA SORTIDAS EM TONS CLAROS E NEUTROS.	37,270	6.373,170
217	70	UNIDADE	TOALHA DE MESA RETANGULAR, (COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO 20%POLIESTER) NAS MEDIDAS 2X1,20 M, ESTAMPA SORTIDAS EM TONS CLAROS E NEUTROS.	36,960	2.587,200
218	143	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO, 100% ALGODÃO, FELPA DUPLA, COM 03 TRAMAS 2X2, GRAMATURA ENTRE 301 E 400G/M2, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, MEDINDO 70X45CM. CORES DIVERSAS.	10,390	1.485,770
219	172	UNIDADE	TRAVESSEIRO IMPERMEÁVEL PARA USO HOSPITALAR COM ENCHIMENTO 100% POLIÉSTER DE FIBRA SILICONADA, CAPA COM BASE 100% PVC E CAPA INTERNA 100% POLIÉSTER. DIMENSÕES 50 X 70 CM.	35,200	6.054,400
220	40	UNIDADE	XICARA DE 90 ML COM PÍRES, CONFECCIONADA EM VIDRO, NA COR TRANSLUCIDA OU AZUL CLARO.	7,760	310,400
221	110	UNIDADE	XÍCARA DE PORCELANA COM PÍRES; CAPACIDADE DE 100 ML; COR BRANCA.	12,930	1.422,300
222	188	UNIDADE	XÍCARA DE PORCELANA COM PÍRES; CAPACIDADE DE 220 ML; COR BRANCA.	22,440	4.218,720
				Total 1.234.935,45	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração**.

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} **órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.





5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.





6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. Estabelece-se para fins de reajustes o índice oficial Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (considerando como a data-base vinculada à data do orçamento estimado em **27/01/2025** – artigo 25, §7º Lei nº 14.133/2021).

6.1.3.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir





as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no regulamento do Registro de Preços.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.





9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto desta Ata a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

10.2. A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o serviço com toda cautela e boa técnica.





10.3. Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

10.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

10.5. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

10.6. Com base no Decreto 10.625/2023, cada unidade da Administração deve designar Gestores e Fiscais de contrato, sendo para tanto a seguinte designação da presente Ata de Registro de Preços:

10.6.1. Secretaria Municipal Controle Urbano e Fiscalização: Rosemary Andrade Kiedzerski, suplente de gestor ficará a cargo do servidor Sr. Ivair de Souza Libério. No tocante a fiscalização, será atribuída a servidora Sra. Franciele Pereira De Souza De Carvalho, suplente de Fiscal: será atribuída ao servidor Sr. José Luiz Teixeira dos Santos.

10.6.2. Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento Econômico: A Gestão ficará a cargo do servidor Sr. Eduardo Akira Azuma. No tocante a fiscalização, será atribuída ao servidor Sr. Herivelton Candido da Silva, tendo como suplente a servidora Sra. Patricia Mezari Lopes da Silva.

10.6.3. Fundação de Esportes de Campo Mourão: A Gestão ficará a cargo do servidor Sr. Ibneias Teixeira, tendo como suplente o servidor Sr. Robson Zambrana de Macedo. A fiscalização ficará a cargo da servidora Sra. Noeli Hillmann, tendo como suplente o servidor Sr. Ednaldo Rodrigues de Sales.

10.6.4. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana: A Gestão ficará a cargo do servidor Sr. Julio Cesar Renisz, suplente de gestor ficará a cargo do servidor Sr. Juliane Nascimento. Concernente a fiscalização, será atribuída a servidora Sra. Leticia de Souza da Silva Assis, suplente de Fiscal: Juliane Nascimento.

10.6.5. Secretaria Municipal de Cultura: A Gestão ficará a cargo da servidora Sra. Gislaine Monteiro Fabreti, suplente de gestor ficará a cargo do servidor Sr. Mauricio Pozza Rodrigues. No tocante a fiscalização, será atribuída a servidora Sra. Suelem Bolognesi Albertini, suplente de Fiscal: será atribuída a servidora Sra. Loraine Borgio Rocha.

10.6.6. Instituto de Planejamento: A gestão ficará a cargo do servidor Sr. Carlos Alberto Facco, tendo como suplente o servidor Sr. Rosinaldo Nunes Cardoso. A fiscalização ficará a cargo do servidor Sr. Altair José dos Santos, tendo como suplente a servidora Sra. Carla Ferreira de Oliveira.

10.6.7. Secretaria Municipal de Administração/GEADM: A Gestão ficará a cargo da servidora Sra. Ana Claudia de Godois Brust, suplente de gestor ficará a cargo da servidora Sra. Karina da Silva. No tocante a fiscalização, será atribuída a servidora Sra. Sara Estephane Sanyclair Pereira Ribeiro, suplente de Fiscal: será atribuída ao servidor Sr. Dionizio Ricardi Junior.

10.6.8. Secretaria Municipal de Administração/GECOM: A gestão ficará a cargo do servidor Sr. Halan Kiosh Miahira de Lima. A fiscalização ficará a cargo da servidora Sra. Dulce Pereira Francisco Zulin.





- 10.6.9. Secretaria Municipal Meio Ambiente e Bem Estar Animal:** A Gestão ficará a cargo do servidor Sr. Franco Freire Sanches, suplente de gestor ficará a cargo da servidora Sra. Silvia Conceição Martins. Concernente a fiscalização, será atribuída ao servidor Sr. Vanderlei Bonfim Costa, suplente de Fiscal: José Aparecido de Souza.
- 10.6.10. Secretaria Municipal de Educação:** A Gestão ficará a cargo da servidora Sra. Paula Cristiane Rita de Souza, suplente de gestor ficará a cargo do servidor Sr. André Eduardo Tardivo. No tocante a fiscalização, será atribuída ao servidor Sr. Alex Pavezi, suplente de Fiscal: será atribuída a servidora Sra. Marcia Regina Lima Rinaldo.
- 10.6.11. Secretaria Municipal de Assistência Social:** A Gestão ficará a cargo da servidora Sra. Daiane Antonia Bassi Grecco, suplente de gestor ficará a cargo da servidora Sra. Rosana Cristina Montanholi Perez dos Santos. No tocante a fiscalização, será atribuída ao servidor Sr. Leandro Favarin Ferracin, e Suplente de Fiscal: será atribuída a servidora Sra. Ilisane Amaral da Silva Garcia.
- 10.6.12. Procuradoria Geral/PROCON:** A Gestão ficará a cargo da servidora Sra. Izabel Raczenski Varea. No tocante a fiscalização, será atribuída a servidora Sra. Marcia Moser Rodrigues da Silva.
- 10.6.13. Secretaria Municipal de Saúde:** A Gestão ficará a cargo do servidor Sr. Paulo de Lima Rodrigues, suplente de gestor ficará a cargo da servidora Sra. Maria Lucia Bianchini da Silva. No tocante a fiscalização, será atribuída ao servidor Sr. Jose Nelson Miotto, suplente de Fiscal: será atribuída ao servidor Sr. Alexandre Willian de Paula.
- 10.6.14. Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade:** A Gestão ficará a cargo do servidor Sr. Ricardo Borges Botaro, suplente de gestor ficará a cargo da servidora Sra. Marley Lisabete Formentini. No tocante a fiscalização, será atribuída ao servidor Sr. João Maria de Oliveira.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- 11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 11.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 11.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 11.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços;





- 11.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO (PR) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.9.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.10.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Constituem obrigações do CONTRATADO, além das demais previstas no Termo de Referência:

- 12.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 12.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 12.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 12.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;





- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO (PR);
 - 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 12.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata;
- 12.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 12.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11.** Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 12.12.** Cumprir, durante todo o período de execução da Ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 12.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 12.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata;
- 12.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.





13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

14. CONSENSUALIDADE EM CASO DE PROCESSO SANCIONATÓRIO

14.1. Objetivo da Consensualidade: Em caso de instauração de processo administrativo sancionatório, nos termos do **Decreto Municipal nº 10.276/2023**, as partes poderão celebrar **Termo de Consensualidade** com o objetivo de regularizar a execução do contrato, evitando a rescisão e preservando o interesse público. A consensualidade será aplicada quando o contratado admitir as irregularidades e se comprometer a adotar as medidas necessárias para saná-las, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2. Condições para a Consensualidade: A celebração do Termo de Consensualidade estará condicionada aos seguintes requisitos:

- a) Reconhecimento, pelo contratado, das irregularidades ou descumprimentos que deram origem ao processo sancionatório;
- b) Aceitação, pelo contratante, do plano de regularização, desde que este atenda ao interesse público e às normas legais aplicáveis;
- c) Haja prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município antes da celebração do acordo;
- d) Autorização do(a) Secretário(a) Municipal de Administração para celebração do compromisso de ajuste de conduta.

14.3. Efeitos da Consensualidade: A celebração do Termo de Consensualidade impede condicionalmente a aplicação de sanções administrativas previstas no Decreto Municipal nº 10.276/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, tais como multas e impedimento de licitar com os órgãos do município. No entanto, em caso de descumprimento, haverá a continuidade do processo de sanção e a imposição de novas multas.

14.4. Procedimento para Celebração do Termo de Consensualidade:

- a) Termo de Consensualidade (conforme modelo - GELIC) elaborado pelo Gestor/Fiscal do Contrato e deverá conter: a) Descrição das irregularidades; b) Medidas corretivas a serem adotadas; c) Prazos para implementação das medidas; d) Sanções aplicáveis, se for o caso; e) Declaração de compromisso do contratado em cumprir as obrigações;
- b) Autorização do do(a) Secretário(a) Municipal de Administração para celebração do compromisso de ajuste de conduta e prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município – análise da minuta do Termo de Consensualidade;
- c) Formalização do Termo de Consensualidade com assinatura do fornecedor, gestor e fiscal do contrato, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da notificação do processo sancionatório;





d) O Termo de Consensualidade será celebrado por meio de instrumento específico, que integrará o contrato original como parte complementar.

14.5. Descumprimento do Termo de Consensualidade: Em caso de descumprimento das obrigações assumidas no Termo de Consensualidade, o contratado estará sujeito às seguintes consequências:

- a) Aplicação imediata das sanções previstas no processo sancionatório, sem prejuízo de outras medidas legais;
- b) Rescisão do contrato, nos termos do **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**;
- c) Aplicação de multa por descumprimento do termo de consensualidade.

14.6. Preservação do Interesse Público: A celebração do Termo de Consensualidade não poderá resultar em prejuízo ao interesse público, devendo ser observados, em qualquer caso, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do **art. 37 da Constituição Federal**.

14.7. Registro e Publicidade: O Termo de Consensualidade será registrado no processo administrativo correspondente e publicado no órgão oficial eletrônico do Município, conforme disposto no **Decreto Municipal nº 10.276/2023** e na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As CLÁUSULA GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

15.1.1. As partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto do presente contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

15.2. CLÁUSULA DE OPERADOR:

15.2.1. A CONTRATADA se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018) e regulamentos aplicáveis em relação às diretrizes para o processamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste contrato, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos.

15.2.2. O CONTRATANTE atuará como controlador dos dados pessoais objeto do contrato, sendo responsável pelas decisões referentes ao tratamento, enquanto a CONTRATADA atuará como operadora dos dados pessoais, devendo realizar o tratamento de acordo com as instruções fornecidas pela controladora.

15.2.3. A CONTRATADA declara estar ciente da Política de Privacidade e Proteção de Dados da Prefeitura de Campo Mourão, disponível em seu site.

15.2.4. Considerando a natureza, o escopo, o contexto e a finalidade do tratamento, bem como o risco e a gravidade em relação à observância dos direitos e liberdades individuais, a CONTRATADA afirma, sob pena de rescisão contratual, que adota medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir um nível de segurança apropriado ao tratamento de dados realizado em virtude do objeto deste contrato, incluindo a capacitação de seus colaboradores a respeito do tema, conforme declarado por ela no Termo de Conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais anexo.





15.2.5. O CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, realizar auditorias para verificar a efetividade das medidas mencionadas no parágrafo anterior, sendo obrigatório que a CONTRATADA forneça as informações solicitadas por ele.

15.2.6. É proibido à CONTRATADA:

I- Utilizar os dados pessoais aos quais teve acesso em decorrência deste contrato para fins diferentes daqueles relacionados ao seu objeto.

II- Compartilhar os dados pessoais aos quais teve acesso em decorrência deste contrato com outras pessoas jurídicas de direito privado, exceto se a operação for essencial ao cumprimento do objeto contratual e desde que o CONTRATANTE seja informado previamente, devendo a CONTRATADA, ainda, comprovar que os terceiros em questão adotam um grau de segurança equivalente ao exigido neste contrato, responsabilizando-se pela conformidade destes.

15.2.7. A CONTRATADA deverá manter um registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, disponibilizando-os ao CONTRATANTE sempre que este o solicitar.

15.2.8. No caso de incidentes ou violações de dados pessoais no âmbito da relação contratual, que incluem, por exemplo, casos de acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, a CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE imediatamente após tomar conhecimento dos fatos, por meio do e-mail: lgpd@campomourao.pr.gov.br, sob pena de sanção, comprometendo-se ainda a fornecer todas as informações sobre o incidente que tiver acesso e a cooperar com a investigação dos fatos, assim como a promoção das medidas contingenciais.

15.2.9. A CONTRATADA (operadora) será solidariamente responsável ao CONTRATANTE (controlador) quando causar danos em razão de tratamento irregular ou de incidente de proteção de dados pessoais, seja por descumprir as obrigações legais ou por não seguir as instruções do controlador, sendo cabível à parte inocente que reparar o dano ao titular o direito de regresso contra a parte culpada, na medida de sua participação no evento danoso.

15.2.10. Se o titular dos dados, terceiros ou alguma autoridade pública solicitar informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que possuir em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA imediatamente submeterá o pedido à apreciação do CONTRATANTE, para que este tome as medidas que julgar cabíveis, não sendo possível, sem instruções prévias do CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato.

15.2.11. Após o término da relação contratual ou das finalidades do tratamento, a CONTRATADA deverá excluir todos os dados pessoais aos quais teve acesso, restando-os apenas em razão de obrigações legais ou regulamentares, para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, mediante ordem judicial ou de autoridade administrativa competente.

15.3. VINCULAÇÃO COM CONTROLADORES:

15.3.1. As partes, na qualidade de controladoras conjuntas do tratamento de dados, se comprometem a cumprir mutuamente com as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e demais normas legais ou regulamentares aplicáveis à matéria, em relação aos dados tratados no âmbito deste Instrumento.





15.3.2. As partes se comprometem a respeitar de forma isonômica as disposições contidas nas políticas e diretrizes de privacidade e proteção de dados de ambas, cabendo a cada parte disponibilizá-las à outra.

15.3.3. As partes obrigam-se a respeitar os direitos dos titulares de dados e a colaborar entre si no atendimento destes, comprometendo-se, ao receber qualquer solicitação, por parte de titular ou autoridade, relacionada ao tratamento de dados decorrentes deste Instrumento, a comunicar o fato à outra, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

15.3.4. As partes se comprometem a implementar medidas técnicas e administrativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais tratados em virtude da relação, incluindo a capacitação de seus colaboradores/servidores a respeito do tema, conforme por elas declarado mediante o Termo de Conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em anexo

15.3.5. O compartilhamento de dados pessoais entre as partes, oriundo deste contrato, deve observar estritamente as finalidades da relação estabelecida, sendo vedado compartilhá-los com terceiros, salvo aqueles decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento deste Instrumento.

15.3.6. Compete às partes manter registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas por ocasião deste Instrumento, disponibilizando-os à outra parte sempre que necessário.

15.3.7. A parte que identificar algum incidente envolvendo dados pessoais compartilhados em virtude deste contrato, incluindo, mas não se limitando aos que se referirem à perda, alteração, bloqueio, destruição ou vazamento de informações, deverá comunicar à outra imediatamente ao conhecimento dos fatos para que ambas possam apurá-los de forma conjunta, adotando as medidas necessárias.

15.3.8. Após o exaurimento das respectivas finalidades, as partes deverão excluir os dados pessoais que tiveram acesso em virtude da parceria, ressalvadas as hipóteses legais que justifiquem sua manutenção.

15.3.9. Quando as partes forem corresponsáveis por qualquer dano causado aos titulares em violação a uma obrigação deste contrato ou à legislação aplicável, cada uma responderá na medida de sua participação. Caso a parte inocente seja responsabilizada, caberá a esta o direito de regresso contra a parte culpada.

15.4. CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E COLABORADORES NÃO ESTATUTÁRIOS:

15.4.1. No ato da assinatura deste instrumento, o(a) COLABORADOR(A)/SERVIDOR(A)/ESTAGIÁRIO(A) declara ciência acerca da Política de Privacidade e Proteção de Dados da Prefeitura de Campo Mourão, comprometendo-se a seguir as normas de proteção de dados. As disposições da referida Política integram a relação entre as partes e a violação de qualquer uma delas implicará em sanção, cuja gradação dependerá da gravidade da infração, podendo culminar na rescisão do contrato.

15.4.2. O(a) COLABORADOR(A)/SERVIDOR(A)/ESTAGIÁRIO(A) também declara que foi orientado sobre o compromisso da Prefeitura de Campo Mourão em proteger os dados pessoais inerentes a sua operação, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18), e que, em razão disso o(a) COLABORADOR(A)/SERVIDOR(A)/ESTAGIÁRIO(A) não utilizará qualquer dado pessoal que vier a ter acesso na vigência do presente contrato, seja de cidadãos, servidores, fornecedores, terceiros, ou qualquer outra pessoa natural, para finalidades diversas das estabelecidas pelo Município de Campo Mourão, seja durante ou após a extinção da relação, sob pena de responder pelas sanções civis e previstas em lei.

15.5. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E PUBLICIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS:





15.5.1. Em virtude do presente certame, a Administração Municipal realizará o tratamento de dados pessoais para a identificação das partes interessadas e para cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais instrumentos normativos, conforme a hipótese legal prevista no Art. 7º, II da Lei nº 13.709/2018.

15.5.2. Os licitantes e as partes interessadas ficam cientes de que os dados pessoais que instruírem o presente procedimento licitatório se tornarão públicos, em razão do Art. 13 da Lei nº 14.133/2021, devendo, por isso, fornecer apenas os dados estritamente necessários ao prosseguimento do certame.

16. CONDIÇÕES GERAIS

16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, pagamento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência**, ANEXO AO EDITAL.

16.1.1. A descrição do objeto constante no empenho e na nota fiscal deverá ser fiel e detalhada, reproduzindo integralmente as especificações técnicas e quantitativas previstas no Edital de Licitação e no Termo de Referência, anexo ao contrato. Qualquer divergência na descrição do objeto poderá acarretar a rejeição da nota fiscal e a suspensão dos pagamentos até a regularização.

16.1.2. A Nota Fiscal deverá apresentar os campos MARCA e MODELO e, quando for o caso, o Código FIPE, conforme proposta da etapa de seleção do fornecedor.

16.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

16.3. Da retenção do Imposto de Renda:

16.3.1. Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 10.216 de 12/05/2023, que dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações do Município de Campo Mourão e do Poder Legislativo, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF de 12 de maio de 2023 fica a Contratada (pessoa física ou pessoa jurídica) obrigada a emitir as notas fiscais informando:

- a) O valor da retenção do IR, sua alíquota;
- b) O número da Nota de Empenho;
- c) Número da Conta Corrente;
- d) No caso de serem amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitar-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

16.3.2. A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago à pessoa jurídica, o percentual constante do Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF que corresponde à





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

alíquota do IRRF, determinada mediante a aplicação de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado e disciplinado pela IN da RFB nº 1234/2012.

16.3.3. Como regra geral, a base de cálculo padrão será o valor total da nota fiscal, ressalvados os casos especiais tratados na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF.

16.3.4. A alíquota a ser aplicada sobre o valor a ser pago irá variar de acordo com a espécie do bem fornecido ou do serviço prestado.

16.3.5. Sem prejuízo do estabelecido no §1º supra, caso o pagamento se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou de serviços prestados com percentuais diferenciados, aplicar-se-á a alíquota correspondente a cada fornecimento contratado.

16.3.6. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago a pessoa física, a tabela progressiva de Imposto de Renda estabelecida pela Lei Federal nº 13.149/2015.

16.3.7. A não observância às regras de retenção dispostas na IN RFB nº 1.234, de 11/01/2012, e na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF de 12/05/2023 acarretará a não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no artigo 2º do Decreto.

16.3.8. O valor do IR retido pelo Município não se constitui em majoração de carga tributária, por representar antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto, podendo ser compensado ou deduzido do valor do IR apurado a cada competência, nos termos do artigo 9º da INRF nº 1234/2012.

16.3.9. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada digitalmente, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS ALBERTO FACCO
DIRETOR-PRESIDENTE IPPLAN

KARLA MARIA TURECK
DIRETORA-PRESIDENTE FECAM

FORNECEDOR(A)
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S)
FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)





17. ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade





18. ANEXO II - TERMO DE CONFORMIDADE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Razão Social do Terceiro), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº (CNPJ), com sede na (Endereço), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, **DECLARA**, sob pena de responsabilidade, que adota as seguintes medidas técnicas e operacionais com o objetivo de garantir a proteção dos dados pessoais por ela tratados, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas legais ou regulamentares aplicáveis à matéria, conforme descritivo abaixo:

QUESITOS DE ADEQUAÇÃO			
1	AGENTE DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE	SIM	NÃO
	O terceiro se enquadra no conceito de “agente de tratamento de pequeno porte”, conforme o Art. 2º, I, do Regulamento de Aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de janeiro de 2022.	☐	☐
2	ENCARREGADO DE DADOS OU CANAL DE COMUNICAÇÃO	SIM	NÃO
	O terceiro possui um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou, sendo o terceiro enquadrado como Agente de Tratamento de Pequeno		





	Porte, um canal de comunicação para (i) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências; (iii) orientar os colaboradores e os seus contratados a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares (Art. 41 da Lei Federal nº 13.709/2018).	☐	☐
2.1	DADOS DO ENCARREGADO OU CANAL DE COMUNICAÇÃO Nome/Razão Social: _____ E-mail: _____ Telefone: _____		
3	INVENTÁRIO DE DADOS O terceiro mantém o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realiza, especialmente quando baseado no legítimo interesse, alinhado a padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.	SIM ☐	NÃO ☐
4	POLÍTICA DE PRIVACIDADE O terceiro dispõe de Política de Privacidade, que aborda as finalidades, bases legais, formas de coleta e segurança dos dados pessoais, os direitos dos titulares, a forma de exercício destes, e demais disposições relacionadas à proteção de dados pessoais.	SIM ☐	NÃO ☐
5	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO O terceiro adota medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, alinhado a padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.	SIM ☐	NÃO ☐



PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

6	DEMAIS MEDIDAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS: (Caso possua outras medidas implementadas, listar abaixo)

Caso tenha assinalado “SIM” para quaisquer dos itens listados acima, favor anexar os documentos comprobatórios que respaldem as respostas fornecidas ao presente Termo de Conformidade.

(Cidade), (dia) de (mês) de (ano)

(Razão Social do Terceiro)

